

# **A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO REGULAR BASES LEGAIS E ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS**

**Cassiane Moraes dos Santos**

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: cassianemoraes07@gmail.com)

**Samuel Gomes da Silva**

Acadêmico do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: samuelgomesrv5@gmail.com)

**Williane Alves Souza**

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: williane15alves@gmail.com)

**Simone Pereira de Oliveira Azambuja**

Orientador(a) do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: simoneazambuja@yahoo.com.br)

## **RESUMO**

O presente estudo teve como objetivo conhecer estratégias para inclusão de crianças com diagnóstico de transtorno do espectro autista nas escolas regulares de ensino, pois, na era da inclusão, a sociedade, assim como os profissionais da área da educação necessitam estar preparados para incluir crianças, adolescentes e demais pessoas com dificuldades e/ou transtornos, como por exemplo as crianças com autismo. Estes devem ser tratados como seres humanos que possuem o direito de viver numa sociedade livre. Autismo, na atualidade, é um tema bastante abordado por diversos autores e pesquisas. Demonstrando necessidade em discuti-lo. A importância da temática discorre ainda pelo fato de como deve ser tratada a inclusão nas instituições escolares, pois, ela vai além de somente matricular a pessoa com necessidades educativas especiais, é preciso realmente inseri-la no processo de aprendizagem. Mesmo com todas as dificuldades é neste ambiente que o aluno necessita ser estimulado e preparado para viver em sociedade. Através de uma pesquisa bibliográfica em livros, revistas e artigos sobre o tema em questão. Buscou-se primeiramente caracterizar o autismo, através de seus conceitos na visão de autores diferentes, sinais e sintomas apresentados nas diferentes idades, identificando as possibilidades e desafios de inclusão do autista no ensino regular de ensino e por fim foi possível identificar as estratégias eficazes para inclusão da criança autista no ensino regular, práticas pedagógicas que podem ser utilizadas em sala de aula.

**Palavras-chave:** Inclusão. TEA. Ensino Regular.

# THE INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER IN REGULAR EDUCATIONAL INSTITUTIONS LEGAL BASIS AND INCLUSIVE STRATEGIES

## ABSTRACT

The present study aimed to know strategies for the inclusion of children diagnosed with autism spectrum disorder in regular schools, because, in the era of inclusion, society, as well as professionals in the field of education, need to be prepared to include children, adolescents and other people with difficulties and/or disorders, such as children with autism. These must be treated as human beings who have the right to live in a free society. Autism, nowadays, is a topic widely addressed by several authors and researches. Demonstrating the need to discuss it. The importance of the theme is also explained by the fact of how inclusion should be treated in school institutions, because it goes beyond just enrolling people with special educational needs, it is really necessary to insert them in the learning process. Even with all the difficulties, it is in this environment that the student needs to be stimulated and prepared to live in society. Through a bibliographic research in books, magazines and articles on the subject in question. It was sought first to characterize autism, through its concepts in the view of different authors, signs and symptoms presented at different ages, identifying the possibilities and challenges of inclusion of the autistic in the regular teaching of education and finally it was possible to identify the effective strategies to inclusion of autistic children in regular education, pedagogical practices that can be used in the classroom.

**Keywords:** Inclusion. TEA. Regular Education.

## 1 INTRODUÇÃO

O autismo tem como característica um desenvolvimento acentuado fora do padrão em relação as interações sociais e comunicação, assim como pelo repertório restrito de atividades e interesses. Estas características podem levar a um isolamento contínuo da criança e sua família. Entretanto, acredita-se que a inclusão escolar pode proporcionar a essas crianças oportunidades de convivência com outras da mesma faixa etária, constituindo-se num espaço de aprendizagem e de desenvolvimento da competência social.

Nota-se que durante a formação acadêmica em Pedagogia, os docentes não adquirem os conhecimentos necessários para atuarem na educação inclusiva, em especial com crianças autistas. Após a formação, quando chegam ao mercado de trabalho, esses profissionais vão enfrentar inúmeros desafios. Por isso, faz-se

importante a formação continuada buscando conhecimentos sobre o que é o autismo e todo processo de inclusão destes alunos.

Existe atualmente uma enorme preocupação acerca do autismo, devido ao aumento nos diagnósticos, principalmente de crianças que estão na educação infantil, fase de seus desenvolvimentos tanto a cognição, quanto a socialização.

No contexto da educação inclusiva, nota-se que existem muitas dificuldades na formação dos profissionais, com uso de metodologias ultrapassadas, baixo investimento na área e poucos recursos. Porém, encontra-se na literatura informações capazes de contribuir para criação de recursos e atividades lúdicas de baixo custo, jogos e cursos para formação continuada. Para que a inclusão apresente sentido, o educador deve estar preparado e em busca de conhecimento.

O presente estudo teve como objetivo conhecer estratégias para inclusão de crianças com diagnóstico de transtorno do espectro autista nas escolas regulares de ensino. Para tal, utilizou-se a pesquisa bibliográfica em livros, revistas, sites e artigos científicos sobre o tema em questão. Buscou-se primeiramente caracterizar o autismo, por meio de seus conceitos na visão de autores diferentes, sinais e sintomas apresentados nas diferentes idades, identificando as possibilidades e desafios de inclusão do autista no ensino regular de ensino e por fim, foi possível identificar as estratégias eficazes para inclusão da criança autista no ensino regular, práticas pedagógicas que podem ser utilizadas em sala de aula.

## **2 AUTISMO**

Ribeiro e Marques (2020) afirmam que o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que causa dificuldades na comunicação, na interação social, causando comportamentos repetitivos e restritivos. Grande parte dos indivíduos acometidos pelo autismo tem uma perda de interesse pelos estímulos presentes em sua volta, dificultando a aprendizagem. Algumas características acompanham o autismo pela vida toda, variando ao longo do tempo. Indivíduos com autismo apresentam dificuldades nas habilidades praticam sociais e pedagógicas que vão das mais complexas, até as menos complexas, como por exemplo: apontar para alguns objetos desejados, escolher um alimento determinado, pegar no lápis de escrever, entre outros.

De acordo com Liberalesso e Lacerda (2020), o termo “Autismo” foi usado pelo psiquiatra suíço Paul Eugen Bleuler, no ano de 1908 onde descrevia os sintomas como semelhantes ao da esquizofrenia. No ano de 1911, Bleuler publicou sua monografia “Demência precoce ou o grupo das esquizofrenias”. Foi justamente neste contexto que Bleuler, construiu e fundamentou seu pensamento, de que o “Autismo” faz parte de um grupo maior de psicopatologias, e incluiu como “algo semelhante a esquizofrenia”, equívoco esse que ao longo de descobertas feitas pela Psicologia, Psiquiatria e Neurologia foram corrigidos.

Conforme Camargo e Bosa (2009, p. 65), “O autismo se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuado atípico na interação social e comunicação, assim como pelo repertório marcadamente restrito de atividades e interesses”.

Segundo Cunha (2009), o autismo é proveniente de causas genéticas ou pode ser também, provindo de uma síndrome ocorrida durante o período de desenvolvimento da criança e aparece nos primeiros anos de vida. O autismo possui aparições incertas e isso dificulta o diagnóstico precoce na maioria dos casos.

Os sintomas do autismo começam a aparecer por volta dos três anos de idade, podendo também surgir nos primeiros meses de vida. É percebido na criança autista uso insatisfatório e sinais sociais, emocionais e de comunicação, além da falta de reciprocidade afetiva. Para a criança, a comunicação não-verbal é bastante limitada, ela não consegue identificar as expressões gestuais porque para elas não possuem nenhum valor simbólico (CUNHA, 2009).

Em continuidade, Galato e Teixeira (2018) afirmam que o autismo é uma condição comportamental em que a criança apresenta alterações em seu comportamento, dificuldade na interação social, como também, na comunicação verbal e não verbal.

## **2.1 Classificação e níveis de gravidade do autismo**

Segundo Andrade (2022) por se tratar de um espectro, o transtorno passou a ter alguns níveis de classificação. Para classificar os níveis de gravidade do Transtorno do Espectro Autista (TEA), a Associação Americana de Psiquiatria (DSM-5) utiliza o nível de dependência provocado pelo autismo:

- Nível 1 (leve) - Pessoas no TEA com necessidade de pouco apoio. Nesse nível, os indivíduos têm dificuldade em iniciar interações sociais ou em mantê-las em boa qualidade. Tem pouco interesse em interações sociais rotineiras. Não tem sucesso nas tentativas de fazer novas amizades. As dificuldades provocadas pela inflexibilidade cognitiva são evidentes nessas pessoas, além de problemas em relação a organização e planejamento.

- Nível 2 (moderado) - Pessoas no TEA com necessidade de apoio substancial.

Nesses casos, mesmo com o uso de apoio ou suporte, tais deficiências são claras e significativas, comprometendo substancialmente as relações interpessoais. A busca por novas amizades é constantemente comprometida e, quando ocorre, malsucedida pela falta de estratégias comportamentais. A fala expressiva é simplificada e a compreensão da fala dos outros é muitas vezes comprometida. Falar sobre assuntos restritos e de pouco interesse social é frequente e a comunicação não verbal é significativamente inadequada e insuficiente para a manutenção das relações interpessoais. A inflexibilidade cognitiva é perceptível aos observadores e intensa a ponto de comprometer as relações.

- Nível 3 (severo) - Pessoas no TEA com necessidade de apoio muito substancial.

As pessoas com comprometimentos muito graves na comunicação social verbal e não verbal são classificadas no nível 3, e cujo comprometimento causa danos graves ou mesmo impossibilita a interação social interpessoal. Buscar ou iniciar contato social é raro, extremamente limitado ou nada, e as respostas a iniciativas de comunicação de terceiros são severamente limitadas ou inexistentes. São pessoas com limitações significativas na fala expressiva e na compreensão da fala, em que a inflexibilidade de comportamento gera extrema dificuldade ou incapacidade de lidar com pequenas mudanças na rotina diária (APA, 2003, p. 93).

Considerando os níveis citados do TEA é possível compreender as diferenças, com isso ambos necessitam do apoio familiar no ambiente escolar. De acordo com Bandeira (2021), é essencial para a família seja acolhida pela escola e receba uma orientação necessária para conseguir lidar com os níveis de gravidade do TEA, e os seus comportamentos do dia a dia para ter sucesso, bem como, no futuro da criança.

## **2.2 A inclusão da criança autista no ensino regular**

A chegada da criança com autismo na escola regular gera grande preocupação tanto por parte da família como para a escola. Nesse momento, a família e os profissionais da educação se questionam sobre a inclusão dessas crianças, pois a escola necessita de adequações. Para as autoras, Brande e Zanfelize (2012), receber alunos com deficiência, mais especificamente com transtornos invasivos do desenvolvimento, é um desafio que as escolas enfrentam diariamente, pois pressupõe-se a carência de adequações ambientais, curriculares e pedagógicas.

Muitos autistas têm certas dificuldades para aprenderem, baseando-se nesse contexto, o professor precisa inovar seu método de ensino propondo atividades que

auxiliem no aprendizado do autista em sala de aula. Com base em Chaves e Abreu (2014), uma criança no ensino regular aprende forma natural, e tudo favorece para o desenvolvimento e aprendizado dessa criança. Já uma criança autista, necessita de constantes estímulos, essa criança precisa entender a sua capacidade de aprendizado, saltando de dentro para fora e quebrando todas as barreiras a fim de se descobrir. A criança autista requer a estimulação em diversas áreas, por isso o professor deve buscar várias formas de conteúdos e maneiras de aprendizado, pois cada um aprende forma individual.

Santos (2008, p. 9) cita que, no currículo dos cursos superiores, as informações sobre autismo são pobres e obsoletas, além disso, a bibliografia é escassa e a maioria dos textos é importada e traduzida, assim como as experiências nesta área. A inclusão das crianças com autismo na escola regular, precisa de atenção de todos os envolvidos como citado anteriormente, dessa maneira:

Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais, sobretudo dos professores que atuam no ensino fundamental (SILVA; BROTHERHOOD, 2009).

Segundo Cunha (2009) O início do processo de construção da autonomia na escola do aluno autista é a relação afetiva com o professor. Mesmo autista encontrando dificuldades para compreender os sentimentos e as pessoas ele não está desprovido de emoções. A prática na escola é uma grande oportunidade para que os profissionais e familiares construam um repertório de ações inclusivas para o aprendente autista. É importante que a autonomia seja estimulada não se tratando somente em estipular tarefas isoladas e pedir para que eles realizem a atividade. A autonomia é uma conquista elementar que ocorre no seio da escola.

No entanto, para que o educador consiga fazer essa relação sobre o que e como ensinar o aluno com autismo é necessária formação adequada, caso contrário a metodologia utilizada em sala não servirá para alcançar o objetivo desejado, que é a aprendizagem. Esse é um grande problema encontrado nas escolas, pois os professores não estão preparados para lidar com essas crianças, pela falta de formação.

Para Correia (2008) é necessária uma nova perspectiva sobre a inclusão nas escolas, para que aborde os desafios necessários para a implantação da educação inclusiva, mostrando que a educação inclusiva vai além da acessibilidade, é preciso sensibilidade e mudança de concepção, adaptação curricular e formação adequada dos profissionais.

De acordo com Beyer (2007), a evolução do processo inclusivo de alunos especiais nas salas de aula. Ele aborda ainda a grande preocupação que deve existir em relação a falta de preparo ou lentidão na formação de professores para trabalhar com alunos especiais.

Bosa (2006), ressaltam sobre a importância de um currículo flexibilizado, facilitando assim o trabalho realizado pelos professores no atendimento de alunos autistas, para que tudo ocorra de forma satisfatória.

De acordo com Cassales, Lovato e Siqueira (2011), é de extrema importância que os professores tenham a sua disposição, instrumentos para atenderem as necessidades apresentadas pelos alunos. Além disso, é importante que professores tenham formação e preparação adequada para lidar com os diferentes tipos de alunos e com quaisquer necessidades que estes venham a ter, pois:

As escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2008, p. 2).

Os processos inclusivos não devem priorizar somente a participação dos indivíduos em sala de aula. Mas, também, oportunizar a aprendizagem destes alunos, pois:

A escola tem um compromisso com o desenvolvimento dos sujeitos. Nos processos inclusivos vinculados a esses princípios, reside uma grande preocupação com a construção de materiais e a implementação de metodologias de ensino que venham a produzir uma aprendizagem individualizada, levando em consideração as necessidades específicas dos sujeitos, suas potencialidades e desafios. Porém, grande parte das discussões realizadas é centrada nas metodologias de ensino. A inclusão é tomada como algo natural, como se ela estivesse, desde sempre, aí no mundo (HATTGE; KLAUS, 2014 citado por FINK, 2018, p. 32).

É necessário a adaptação do espaço escolar, como o apoio ao professor, sendo que ambos caminhando lado a lado para a integração do aluno autista, o professor é essencial no desenvolvimento da criança, se torna mais eficaz quando ele fortalece parcerias junto à família do educando. Segundo Cunha (2009) o papel do professor na inclusão é que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão, é primordial para o educador saber lidar com as dificuldades de aprendizagem e os modos de intervenção psicopedagógica para conseguirem incluir o aluno. A inclusão é feita primeiramente sem seguir rótulos e depois com ações de qualidade. Quando se acredita na capacidade do indivíduo e no seu potencial, se promove a inclusão.

O Censo de 2010 aponta que mais de 45 milhões de brasileiros declararam ter algum tipo de deficiência e diversas dessas condições podem ser acompanhadas de dificuldades de aprendizagem e/ou necessidade de adaptações no ambiente educacional (IBGE, 2011). Esses dados reforçam a necessidade urgente de se promover a igualdade de oportunidade para todos, visando a sedimentação de uma cultura inclusiva, da convivência plural e democrática e da “unidade na diversidade”. A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008) contribuiu para a mudança no olhar da escola para o aluno neta condição. A partir dela, o ensino passou a ser pautado na garantia dos direitos humanos, no respeito às individualidades, na igualdade de oportunidades.

Para fins, notou-se que todo aluno, seja ele pertencente a educação inclusiva ou não, tem o direito ao ensino regular. O aluno a ser incluso exige mais do professor, da escola para sua adaptação e do docente para receber esse aluno. Sendo assim, é indispensável a formação continuada do corpo docente, a fim de estar capacitado para lidar com o público da inclusão de forma satisfatória.

### **2.3 Aspectos legais da inclusão no ensino regular no Brasil**

No Brasil, após a Constituição Federal de 1988, a discussão em torno do tema da educação especial ganhou espaço e se aprofundou. Fruto dessa reflexão, foram editados textos legais nos quais, não obstante alguns recuos, a ideia da inclusão escolar entendida como direito de acesso da criança com deficiência na escola comum, e de nela receber o atendimento necessário para vencer as barreiras que lhe dificultam a aprendizagem, se consolida em definitivo. Dois anos após a promulgação



da Constituição Federal, no ano de 1990, esse direito foi reforçado por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no art. 54, inciso III.

A Lei Federal, 12.764/12, em seu Art. 1º institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece as diretrizes para sua consecução. E no § 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, 2012).

A cerca do § 2º, a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Já no Art. 7º, o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

Aborda-se no § 1º que, em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

2020 – Decreto Nº10.502 – Política Nacional de Educação Especial: Institui a chamada a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Para organizações da sociedade civil que trabalham pela inclusão das diversidades, a política representa um grande risco de retrocesso na inclusão de crianças e jovens com deficiência, e de que a presente iniciativa venha a substituir a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (listada nesse material, no ano de 2008), estimulando a matrícula em escolas especiais, em que os estudantes com deficiência ficam segregados. Veja o posicionamento completo da Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2020).

Dessa forma não deve haver distinção de nenhum indivíduo inserido no ambiente escolar, para que ocorra o processo de aprendizagem da melhor forma possível. O acesso à educação por sua vez é garantido por lei, porém, é necessário que os responsáveis legais a cumpram, pois todos têm o direito a uma educação

inclusiva e um ensino público e gratuito. Este direito está garantido no Art. 208, da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece que as pessoas com necessidades especiais tenham o direito a educação preferencialmente no ensino regular (BRASIL, 1988).

Dessa maneira, as pessoas com deficiência, devem ser incluídas no ensino regular ainda na educação infantil:

[...] onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (BRASIL, 2008, p. 16).

No que diz respeito especificamente ao TEA, até 2012 não havia uma legislação própria para esse grupo de pessoas, por não serem consideradas como pessoas com deficiência, mas sim, com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), fazendo com que fossem excluídos de direitos importantes.

## **2.4 Estratégias para inclusão da criança autista nas instituições de ensino regular**

Para ajudar o professor no estabelecimento de estratégias pedagógicas que visam a inclusão de alunos na educação básica, expõe-se algumas proposições citadas na Nota Técnica do Portal de Ajudas Técnicas do Ministério de Educação (MEC) (BRASIL, 2009):

- Superação do foco de trabalho nas estereotípias e reações negativas do estudante no contexto escolar, para possibilitar a construção de processos de significação da experiência escolar;
- Mediação pedagógica nos processos de aquisição de competências;
- Reconhecimento da escola como um espaço de aprendizagem que proporciona a conquista da autonomia e estimula o desenvolvimento das relações sociais e de novas competências, mediante as situações desafiadoras;
- Adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica;

- Intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais;

- Identificação das competências de comunicação e linguagem desenvolvidas pelo estudante, vislumbrando estratégias visuais de comunicação;

- Acompanhamento das respostas do estudante frente ao fazer pedagógico;

- Aquisição de conhecimentos teóricos-metodológicos da área da Tecnologia Assistiva, voltada à Comunicação Alternativa/ Aumentativa para estes sujeitos.

O processo apresentado a seguir, configura-se como orientação para os profissionais da educação, no sentido de encontrarem soluções de objetos que auxiliem o aprendizado de pessoas com necessidades especiais. Cada necessidade é única, portanto, cada caso deve ser estudado com muita atenção. A experimentação deve ser muito utilizada, pois permite observar como a ajuda técnica desenvolvida está contemplando as necessidades percebidas.

1) Entender a situação que envolve o estudante:

- Escutar seus desejos;

- Identificar características físicas/psicomotoras;

- Observar a dinâmica do estudante no ambiente escolar;

- Reconhecer o contexto social.

2) Gerar ideias:

- Conversar com usuários (estudante/família/colegas);

- Buscar soluções existentes (família/catálogo);

- Pesquisar materiais que podem ser utilizados;

- Pesquisar alternativas para confecção do objeto.

3) Escolher a alternativa viável:

- Considerar as necessidades a serem atendidas (questões do educador/ aluno);

- Considerar a disponibilidade de recursos materiais para a construção do objeto – materiais, processo para confecção, custos.

4) Representar a ideia (por meio de desenhos, modelos, ilustrações):

- Definir materiais.

- Definir as dimensões do objeto – formas, medidas, peso, textura, cor, etc.

5) Construir o objeto para experimentação:

- Experimentar na situação real de uso.

6) Avaliar o uso do objeto:

- Considerar se atendeu o desejo da pessoa no contexto determinado;
- Verificar se o objeto facilitou a ação do aluno e do educador.

7) Acompanhar o uso:

• Verificar se as condições do aluno mudaram com o passar do tempo e se há necessidade de se fazer alguma adaptação no objeto.

Pensando então em utilizar, desenvolver ou criar meios alternativos para comunicação, deve-se optar por aquele que ofereça as condições desejáveis para o aluno. Para esse delineamento, proe-se estabelecer quais os tipos de estímulos que esse sistema deverá conter:

- O sistema utilizará objetos concretos?
- Ele será composto por fotografias, figuras ou desenhos?
- Terá como base um sistema de símbolos gráficos (pictográficos, ideográficos ou aleatórios)?
- O sistema será combinado?
- Far-se-á uso da ortografia?
- O sistema será composto por sistemas gestuais?

De acordo com Deliberato e Manzini (1997), para fazer esse delineamento será necessária uma avaliação do aluno e da participação do professor, da família, do fonoaudiólogo e, se possível, de uma equipe para avaliar as possibilidades do aluno e da situação. Em linhas gerais, para avaliar o aluno e a situação na qual o sistema será utilizado, deve-se verificar:

1) as habilidades físicas do usuário: acuidade visual e auditiva; habilidades perceptivas; fatores de fadiga; habilidades motoras tais como preensão manual, flexão e extensão de membros superiores, habilidade para virar páginas;

2) as habilidades cognitivas: compreensão, expressão, nível de escolaridade, fase de alfabetização;

3) o local onde o sistema será utilizado: casa, escola, comunidade;

4) com quem o sistema será utilizado: pais, professores, amigos, comunidade em geral;

5) com qual objetivo o sistema será utilizado: ensino em sala de aula, comunicação entre amigos.

Partindo deste pressuposto, que a memória do autista seja voltada para o visual, é necessário que o educador em suas técnicas, valorize este lado, fazendo

com que o aluno observe cores, tamanhos, espessuras, animais, pessoas. Por outro lado, a sala de aula deve ter pouca estimulação visual para que a criança não desvie sua atenção da atividade em andamento. O ambiente educacional deve ser calmo e agradável, para que os movimentos estereotipados dos alunos não alterem (LOPES; PAVELACKI, 2005).

Outro fator que deve ser trabalhado com crianças autistas é a rotina. Gikovate (2009) destaca que a quebra de uma rotina pode desencadear um comportamento agitado no qual a criança se recusa a ir em frente enquanto não se retorne ao padrão anterior. Além disso, a rotina para estas crianças é fundamental para que consigam se organizar no espaço e tempo e assim consigam aprender.

Lopes e Pavelacki (2005) ressaltam que além das técnicas que se deve utilizar em sala, a rotina diária é muito importante na educação do autista, a qual não deve ser alterada, pois qualquer mudança pode refletir no comportamento da criança.

Para manter a atenção dos alunos durante as aulas é necessário que o professor utilize métodos educacionais que tenham por objetivo fazer com que a criança autista seja de fato incluída e seu processo de ensino aprendizagem efetivado, portanto, muitos estudos são realizados sobre diferentes métodos.

Segundo Bosa (2006), o método *Picture Exchange Communication System* (PECS) é um exemplo de como uma criança pode exercer um papel ativo utilizando velcro ou adesivos para indiciar o início, alterações ou final das atividades. Esse método facilita a comunicação e a compreensão quando atividades e símbolos são associados. Isso porque o método PECS trabalha através de cartões e figuras em que a criança consegue se expressar, pois associa a imagem com o que ela deseja. Outro método muito utilizado que tem como base a informação visual, é o método *Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children* (TEACCH).

Ainda de acordo com Gava (2020), TEACCH é um programa altamente estruturado que combina diferentes materiais visuais para aperfeiçoar a linguagem, o aprendizado e reduzir comportamentos inapropriados. Diante disso, esse método busca a independência da criança autista, realizando um trabalho através de estímulos visuais e corporais, pois, por via das imagens, as crianças serão estimuladas a fazerem movimentos corporais como, apontar, buscar, e isso faz com que a criança se movimente.

Além dos métodos citados anteriormente, há também o método *Son-Rise Program* (SRP) que busca fazer com que todos os envolvidos com a criança autista sejam capazes de juntos construírem novas maneiras de comunicação e interação, através de atividades lúdicas que forneçam o aprendizado, a autonomia e a inclusão.

Esse é um dos métodos mais utilizados no Brasil. Devido a melhora significativa durante o tratamento da criança no espectro autista, pois “oferece uma abordagem educacional prática e abrangente para inspirar as crianças, adolescentes e adultos com autismo a participarem ativamente em interações divertidas, espontâneas e dinâmicas com os pais, outros adultos e crianças” (TOLEZANI, 2010, p. 8).

Posto isso, o método destaca que a aceitação do autista em relação ao potencial de desenvolvimento desta pessoa, são princípios básicos para o tratamento (TOLEZANI, 2010). Partindo do pressuposto, muitos métodos são propostos para que ocorra uma aprendizagem significativa das crianças autistas, é importante ressaltar que os envolvidos na educação desses alunos devam conhecer as reais necessidades dessa criança, dessa forma saberão quais métodos mais adequados devem utilizar para que de fato haja uma construção do conhecimento e uma verdadeira inclusão.

### **3 METODOLOGIA**

O presente estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica em livros, revistas, sites e artigos. Segundo Macedo (1994, p. 13), a pesquisa bibliográfica: “Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação”.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 183): “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Levando-se em conta o que foi observado, a inclusão das crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista nas instituições de ensino regular, é um tema bastante discutido atualmente, onde os autores ressaltam o que é TEA, classificam os níveis de gravidade do autismo, citam estratégias pedagógicas em que os docentes podem utilizar e mostrar os aspectos legais da inclusão no ensino regular no Brasil.

Através desta pesquisa foi possível conhecer metodologias e estratégias para mudar a realidade em nossas escolas, no que diz respeito aos portadores de TEA, buscado um ensino de qualidade para eles, garantido os seus direitos no ambiente escolar, além de mostrar a sua capacidade de desenvolvimento em sala de aula, com apoio dos pais/responsáveis e professor que devem caminhar lado a lado durante todo esse percurso, para um bom desenvolvimento do seu filho.

Além de todo o conteúdo apresentado, ressalta-se aqui, que a escola é um direito primordial de todos, seja qual for a necessidade do aluno. Tendo isso em vista, é de suma importância o entendimento de que a instituição escolar é um ambiente no qual o respeito prevalece e todos tem a mesma capacidade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Joice. **Níveis de gravidade:** quais são os graus do autismo e o que significam. Jade, 8 abr. 2022. Disponível em: <<https://jadeautism.com/niveis-de-gravidade-do-tea/>> Acesso em: 16 abr. 2022.

APA. American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-IV-TR)**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BANDEIRA, Gabriela. **Autismo moderado?** Entenda mais sobre o autismo nível 2. São Paulo: Genial Care, 2021. Disponível em: <<https://genialcare.com.br/blog/autismo-moderado/>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

BEYER, Hugo Otto. A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. **Revista Inclusão**, a. 2, v. 2, p. 8-12, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2022.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira Psiquiatria**, v. 28, p. 47-53, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbp/a/FPHKndGWRRYPFvQTcBwGHNn/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 24 set. 2022.

BRANDE, Carla Andréa; ZANFELICE, Camila Cilene. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emendas Constitucionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva Brasília**. jan. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Nota técnica n. 13/2009. **A educação especial e sua operacionalização pelos sistemas de ensino**. 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ajudas\\_tec.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ajudas_tec.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 de dezembro de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)>. Acesso em: 10 set. 2022.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 de setembro de 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADa%20a%20Pol%C3%ADtica,educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20ao%20atendimento%20educacional](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADa%20a%20Pol%C3%ADtica,educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20ao%20atendimento%20educacional)>. Acesso em: 23 set. 2022.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 65-74, abr. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/KT7rrhL5bNPqXyLsq3KKSgR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 set. 2022.

CASSALES, Lisiane Weigert; LOVATO, Miriane Alves; SIQUEIRA, Aline Cardoso. **A inclusão de alunos especiais e suas famílias no ensino regular na perspectiva dos professores**. IV Jornada de Pesquisa em Psicologia, Santa Cruz do Sul, 2011. Disponível em: <[https://www.unisc.br/anais/jornada\\_pesquisa\\_psicologia/2011/](https://www.unisc.br/anais/jornada_pesquisa_psicologia/2011/)>. Acesso em: 5 set. 2022.



CHAVES, Maria José; ABREU. Márcia Kelma de Alencar. **Currículo inclusivo:** proposta de flexibilização curricular para o aprendente autista. 2014. Disponível em: <[https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade\\_1datahora\\_11\\_11\\_2014\\_00\\_14\\_48\\_idinscrito\\_1032\\_21baa4b98f17f639f8e420243e5ad478.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_11_11_2014_00_14_48_idinscrito_1032_21baa4b98f17f639f8e420243e5ad478.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2022.

CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares.** Porto, Portugal: Porto Editora, 2008.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão:** psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wark Editora, 2009.

DELIBERATO, Débora; MANZINI, Eduardo José. Análise de processos comunicativos utilizados por uma criança com paralisia cerebral espástica. In: MANZINI, Eduardo José. **Educação especial:** temas atuais. Marília: Unesp, 2000, p. 35-45.

FINK, Isabel Cristina. **Autismo e educação:** possibilidades e estratégias de inclusão. 2018. 43f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2018.

GALATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **Rezinho Autista:** guia para lidar com comportamentos difíceis. São Paulo: Versos, 2018.

GAVA, Roberta Pedroni. **A importância do modelo teacch para o desenvolvimento da criança com TEA.** 15 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.canalautismo.com.br/artigos/a-importancia-do-modelo-teacch-para-o-desenvolvimento-da-crianca-com-tea/>> Acesso em: 01 nov. 2022.

GIKOVATE, Carla Gruber. **Autismo:** compreendendo para melhor incluir. Rio de Janeiro, 2009. 35p. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/164060-Carla-gruber-gikovate-autismo-compreendendo-para-melhor-incluir.html>>. Acesso em: 13 maio 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características da população e dos domicílios:** resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LIBERALESSO, Paulo; LACERDA, Lucelmo. **Autismo:** compreensão e práticas baseadas em evidências. Curitiba (PR): Movimento capricha na inclusão, 2020.

LOPES, Daniele Centeno; PAVELACKI, Luiz Fernandes. **Técnicas utilizadas na educação de autistas**. 2005. 11p. Disponível em: <[http://www.educamoc.com.br/admin\\_blogs/assets/uploads/bfc70e185171153f359cc981d3305867.PDF](http://www.educamoc.com.br/admin_blogs/assets/uploads/bfc70e185171153f359cc981d3305867.PDF)>. Acesso em: 13 maio 2022.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Eliane Mota; MARQUES, Roberto Gomes. **Transtorno do espectro autista**: desafios e dificuldades enfrentadas pelo professor em sala de aula. Minas Gerais (MG), 2020. Disponível em: <[https://repositorio.alfaunipac.com.br/publicacoes/2021/599\\_transtorno\\_do\\_espectro\\_autista\\_desafios\\_e\\_dificuldades\\_enfrentadas\\_pel.pdf](https://repositorio.alfaunipac.com.br/publicacoes/2021/599_transtorno_do_espectro_autista_desafios_e_dificuldades_enfrentadas_pel.pdf)>. Acesos em: 15 set. 2022.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano dos. **Autismo**: desafios na alfabetização e no convívio escolar. 2008. 36f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Distúrbios de Aprendizagem) – Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://pdf4pro.com>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

SILVA, Maria do Carmo Bezerra de Lima; BROTHERHOOD, Rachel de Maya. **Autismo e inclusão**: da teoria à prática. V ECPP, Maringá, out. 2009. Disponível em: <[https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2009/wp-content/uploads/sites/77/2016/07/maria\\_carmo\\_bezerra\\_lima\\_silva.pdf](https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2009/wp-content/uploads/sites/77/2016/07/maria_carmo_bezerra_lima_silva.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2022.

TOLEZANI, Mariana. Son-rise uma abordagem inovadora. **Revista Autismo: Informação Gerando Ação**, São Paulo, a. 1, p. 8-10, set. 2010.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, E. G. **A inclusão escolar sob o olhar dos alunos com deficiência mental**. 2008. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.